

ACTA Nº 8/2010

PLENÁRIO DO CONSELHO LOCAL DE ACÇÃO SOCIAL- 09 de Julho de 2010

Ao nono dia do mês de Julho de 2010 reuniu o Conselho Local de Acção Social, no Auditório do Convento dos Lóios, pelas 16 Horas.

A Dra. Manuela Coelho, Chefe da Divisão de Acção Social da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira deu início à sessão de trabalhos dando as boas vindas a todos os participantes, em representação do Presidente do Conselho Local de Acção Social, o Presidente da Câmara, Alfredo Oliveira Henriques, dando seguimento de início à ordem de trabalhos.

1º Ponto: Informações

- Foram aprovadas três Unidades de Cuidados Continuados no Concelho de Santa Maria da Feira, promovidas pelo Centro de Apoio Social de Escapães, pelo Centro Social de Assistência à Terceira Idade e Infância de Sanguêdo e pela Fundação Sanitus. Tendo em conta que esta resposta não existia no Concelho, é muito positivo que esta resposta tenha passado a três equipamentos nesta área, de média e longa duração, com dotação para 90 camas. A Dra. Manuela Coelho deu os parabéns às entidades que abraçaram esta responsabilidade.

- Aprovação da candidatura da Associação de Alcoólicos Recuperados de Santa Maria da Feira à Fundação EDP.

- No dia 26 de Junho realizar-se-á o Dia Metropolitano dos Avós. A informação será disponibilizada brevemente às organizações pela autarquia avançando com a informação que o número de participantes seria reduzido face à diversidade das iniciativas dirigidas aos seniores do Concelho.

- Candidatura 2010: Ano europeu do combate à pobreza e à exclusão social. Esta candidatura é promovida pela Associação de Municípios integrando os Municípios de Entre Douro e Vouga. No último CLAS os parceiros foram informados do facto do Município não ter aceite os oito mil euros de financiamento aprovado pela Segurança Social, contra os doze mil trezentos e dezasseis euros previstos inicialmente. Neste momento essa verba já foi desbloqueada na totalidade.

- Registo Municipal das Organizações Sociais - A Dra. Cristina Ribeiro informou que já tinha sido enviada às IPSS uma circular solicitando o registo na Plataforma da Rede Social, lembrando que este registo será obrigatório para acederem a apoios técnicos e financeiros da Câmara.

Findo o período de informações a Dra. Manuela questionou a Segurança Social sobre o Lar ilegal em funcionamento no Concelho, cuja situação o CLA's já tinha exposto por escrito à Segurança Social. A Dra. Custódia do Serviço Local de Segurança Social da Feira respondeu que já tinha sido efectuada a inspecção e que o relatório para aplicação de possíveis contra-ordenações estaria em elaboração.

Ponto 2: Leitura e aprovação da acta da Reunião anterior

Tendo os presentes recebido a acta com a convocatória em anexo questionou-se sobre sugestões ou correcções a efectuar. Nenhum dos presentes se pronunciou pelo que a acta foi colocada à aprovação. Esta foi aprovada por maioria com as abstenções do Centro Social Dr. Crispim Borges, do Centro Social de Canedo, da Associação Rosto Solidário, da Obra do Frei Gil, da Junta Freguesia de Milheirós e de Lobão e do Hospital S. Sebastião.

Ponto 3: Eleição do Representante das IPSS e Juntas de Freguesia para o Núcleo Executivo, pelo período de 2 anos

Após informação aos presentes sobre o funcionamento do Núcleo Executivo e suas competências e auscultação dos presentes foram eleitos os seguintes elementos:

- Representante das IPSS- Rogério Henriques, Presidente do Centro Social e Paroquial de Argoncilhe.
- Representante das Juntas de Freguesia: José Henriques, Presidente da Junta de Freguesia de Lobão.

Ponto 4: Fórum Sénior: Objectivos e sua constituição

Usou da palavra a Dra. Manuela Coelho. Considerando a tendência de envelhecimento da população, os programas implementados junto dos seniores do Concelho assentes na sua participação activa como vista ao exercício de uma cidadania plena pretendemos igualmente que estes nos ajudem a definir e a pensar as respostas sociais, projectos, programas, iniciativas, medidas de política. Colocou-se então à discussão do Plenário a constituição de um Fórum Sénior, criando um órgão consultivo e de representação dos idosos para pôr em prática os programas, as iniciativas orientadas para esta população; debater e analisar as medidas de políticas existentes e a criar em cooperação com o Concelho Local de Acção Social. É solicitado ao CLAS a definição da metodologia da escolha dos participantes neste fórum.

Numa fase inicial a dinamização deste fórum será do Secretariado Técnico e Núcleo Executivo. Após estas informações a Dra. Manuela colocou à consideração do Plenário a constituição deste fórum e a metodologia de constituição.

Após um período de apresentação de propostas ficou decidido que seria realizada uma reunião liderada pelo Sr. Horácio Sá, presidente da Comissão de Protecção de menores, apresentando posteriormente uma proposta de metodologia.

Ponto nº 5: Programas de Voluntariado Sénior e Jovem no âmbito do Banco Local de Voluntariado

A Dra. Isabel Dias, responsável pelo Banco de Voluntariado da Câmara Municipal usou da palavra para apresentar os dois Programas. O Banco Local de Voluntariado propõe agora a criação de 2 programas, um de voluntariado jovem e outro de voluntariado sénior. Começando pelo voluntariado sénior pretende-se rentabilizar e organizar as competências e saberes que estas pessoas têm. Na área do voluntariado sénior estão equacionadas as seguintes áreas de intervenção: apoio a outros seniores; a educação e alfabetização; acessoria técnica; acção social; cultura e lazer; desporto.

Para além do programa de Voluntariado Sénior propõe-se um Programa de Voluntariado Jovem, indo ao encontro de outros públicos e outras áreas, nomeadamente as áreas do ambiente, da cultura e do turismo, da educação e tempos livres e da acção social, sendo importante a mobilização dos jovens para as questões do voluntariado.

A Dra. Manuela Coelho informou que estes programas seriam apresentados brevemente de forma estruturada.

Ponto 6: Teleassistência e pequenas reparações ao domicílio.

A Dra. Isabel Dias usou da palavra. Referiu que a questão da teleassistência tem a ver com questões da segurança para aqueles que menos capacidades têm de se deslocar, pelo que colocou à discussão a necessidade deste tipo de serviço, questionando os

presentes de que até que ponto as entidades sentem a necessidade deste serviço nas suas freguesias e instituições. Está a ser equacionado associar este serviço ao Cartão Feira Sénior, Escalão A. Apesar de se concluir no decorrer do debate posterior à apresentação desta medida que não existe uma adesão significativa a este serviço noutros Concelhos aderentes, também se concluiu que é um serviço necessário.

A Dra. Isabel continuou a sua exposição abordando a criação de um serviço de prestação de pequenas reparações ao domicílio referindo que já existe no Concelho experiência com a realização de pequenas obras em habitações, quer de pessoas portadoras de deficiência, quer de pessoas idosas, no âmbito do apoio excepcional no domínio da habitação. O objectivo é alargar o conceito e introduzir a realização de pequenos serviços, como por exemplo, trocar uma torneira, trocar uns cortinados, uma porta, reparar um bico de fogão, substituir um esquentador para o exterior. Este serviço estaria igualmente associado ao Cartão Feira Sénior.

Ponto 7: Medidas de Formação para Beneficiários do Rendimento Social de Inserção – Monitorização e Avaliação pelo Centro de Formação Profissional de Rio Meão.

Usou da palavra o Dr. Pinheiro, Director do Centro de formação Profissional de Rio Meão. A intervenção do Centro de Formação Profissional de Rio Meão junto aos beneficiários foi estabelecida como prioritária. Decorre em 3 segmentos: educação/formação de adultos de dupla certificação – escolar e profissional; percursos formativos de 225 a 350 horas; formações modulares de 25 a 50 horas em articulação com algumas instituições responsáveis pelo acompanhamento dos beneficiários.

Na primeira, educação/formação de adultos de dupla certificação, arrancaram este ano 13 acções em S. João da Madeira, Santa Maria da Feira (diversos locais), com 230

formandos, sendo 140 do concelho da Feira, e destes 140, 60 são beneficiários do RSI – ainda não conhecidas desistências.

Relativamente ao segundo ponto, percursos formativos de 225 a 350 horas, em articulação com a Segurança Social e o Centro de Emprego, 7 acções no concelho da Feira: 4 de nível básico, 6º e 9ºs anos e 3 de nível secundário (9ºs e 12ºs). Dois deles, um de nível básico e um de nível secundário com a vertente de RVCC. Cerca de 150 beneficiários a participarem neste segmento de formação. Dos 150 iniciais cerca de 35 desistiram no início.

A Prof. Assunção, em representação do Centro Social de Espargo alertou para a importância do perfil do formador na motivação do formando para a frequência dos cursos.

O Dr. Pinheiro referiu que, na sequência da reunião realizada com todos os técnicos de acompanhamento do RSI, estão a trabalhar em conjunto para qualificar o sistema de informação e de acompanhamento da participação destes formandos nos cursos.

Relativamente às formações modulares para este público-alvo, cursos de 25/50 horas, em associação com as Instituições de Acompanhamento, realizou-se apenas uma acção que foi no CASTIIS de 50 horas e na área da cidadania e empregabilidade. A ideia é que depois destas 50 horas se realizem outras 50 horas com estes mesmos candidatos.

A Dra. Manuela deu por terminado este ponto fazendo a seguinte reflexão. É importante a formação de todos, quer aqueles que são os menos escolarizados e que têm as chamadas baixas competências, para que estas possam ser reforçadas, aumentadas e melhoradas. Os programas não estão adequados a estes públicos. São muito formatados, muito rígidos. Os formadores têm que ser altamente especializados, porque estão a trabalhar com complexidades e com problemas de tal

natureza que têm necessariamente que recorrer a muitas técnicas, muitos saberes e a muitas formas de actuar. Por último, as entidades que desenvolvem acção junto dos beneficiários de RSI devem concertar o seu trabalho com as entidades envolvidas no processo de formação.

Ponto nº 8: II MOSAICO SOCIAL

Usou da palavra a Dra. Manuela Coelho. Este evento realizar-se-á em Janeiro de 2011 pelo que foi lançado o apelo aos presentes para a participação no evento e na definição das temáticas a abordar. O evento será co-financiado pela ADRITEM- Associação de Desenvolvimento Regional das Terras de Santa Maria da Feira. Concluiu referindo que esta é uma iniciativa de todos para todos.

Ponto 9: Apresentação do Relatório de Actividades 2009 e Plano de Actividades para 2010 do Núcleo Local de Inserção do Rendimento Social de Inserção

Usou da palavra a Dra. Custódia, coordenadora do Núcleo Local de Inserção. O Relatório de Actividades 2009 e Plano de Actividades de 2010 não foram concretizados a tempo de ser apresentados no último CLAS pelo que o Plano de Acção já está em execução. Em termos nacionais o Concelho não foge à regra, a média de prestação que cada família está a receber varia entre 100 e 150 euros por mês. 25% das pessoas, das famílias, dos agregados, que estão a receber a prestação de RSI, são pessoas que estão a trabalhar. Estão a receber porque não têm o rendimento suficiente derivados de baixos salários. A partir do momento em que a prestação é deferida, a pessoa tem 60 dias para ser sujeita a um programa de inserção. Este tem que ser elaborado de acordo com as competências da família, dos elementos do agregado familiar, tem que ser negociado e contratualizado no Núcleo Local de Inserção. Os beneficiários têm um

técnico gestor do processo, que acompanha o processo, em todas as fases e é nesse Plano de Inserção que são negociadas e contratualizadas as acções de inserção, tais como: o encaminhamento para emprego para as pessoas que estão na idade activa entre os 18 e os 65 anos e que estão desempregadas, ou formação profissional que equivale ao emprego e a escolaridade. Existem outras acções como organização da vida quotidiana, exercício da cidadania, encaminhamento para saúde (ex. Programas de desintoxicação). Portanto, a inserção passa por estas fases todas. Em última instância, se a pessoa não cumprir as acções contratualizadas em plano de inserção, o técnico que faz a gestão do processo informa a Segurança Social e é analisada a situação, podendo ser cortada a prestação. O Plano de Acção de 2010 contempla as linhas orientadoras das acções de inserção. O NLI mantém em acompanhamento cerca de 1150 processos. Destes 1150 processos, 68 são da freguesia de Argoncilhe, 127 processos são da freguesia de Fiães, 75 são da freguesia de Lobão, 27 são da freguesia de Rio Meão, 26 são da freguesia de Milheirós de Poiares, 16 são das Caldas de S. Jorge 16, 10 são de Guisande e 76 da de Santa Maria da Feira. A freguesia de Fiães é a que apresenta um maior número de processos.

De seguida a Dra. Manuela colocou à votação o Relatório de Actividades e o Plano de Actividades tendo estes sido aprovados por unanimidade.

Ponto 10: Candidatura a um contrato Local de Desenvolvimento Social -Definição de medidas e territórios prioritários

A Dr.^a Manuela referiu que está a ser preparada a candidatura a um Contrato Local de Desenvolvimento Social. Este contrato dará continuidade a algumas acções do Direitos & Desafios, mas também prevê algumas novas. Existem medidas obrigatórias nesta legislação que regula este programa, como: emprego, formação e qualificação; intervenção familiar e parental; capacitação da comunidade e das instituições; informação e acessibilidades. Relativamente a este ponto será necessária a

participação dos vários actores e grupos da Rede Social para a definição das acções e territórios prioritários. Relativamente ao processo para implementar um Contrato Local de Desenvolvimento Social a Segurança Social convida a Câmara a apresentar um CLDS, que por sua vez define uma entidade coordenadora local que apresenta um plano de acção. Este processo é trabalhado em Núcleo Executivo, que depois é ratificado pela Câmara e pelo Conselho Local de Acção Social. Estes são procedimentos extremamente interessantes e participativos, assim como obrigatórios.

Ponto 11- Implementação do novo modelo de funcionamento das Comissões Sociais de Freguesia- Monitorização e Avaliação

Usou da palavra a Dra. Cristina Ribeiro do Secretariado Técnico. Informou que até à data foram realizadas um total de 20 reuniões, visando a implementação de 8 Comissões Sociais de Freguesia, sendo que três já se encontram constituídas: Fornos, Milheirós de Poiães e Louredo. As que estão em fase de instalação são Paços de Brandão, Guisande, Lourosa, Lobão e Espargo. A avaliação das dinâmicas presentes nestas reuniões foi considerada positiva, em que as instituições e as Juntas de Freguesia responderam com um elevado nível de participação ao apelo realizado no último CLAS.

Nada mais havendo tratar a Dr.ª Manuela deu por encerrado o Plenário.